

## Maria na senzala contemporânea: assimetrias e monstros em Conceição Evaristo e Cidinha da Silva

**EDUARDO MOURA VELHO\***

**Resumo:** 130 anos marcam o "fim" do período escravista no Brasil. O ano de 1888 estará para sempre nos livros de história e na memória das milhares de pessoas escravizadas que, agora, poderiam pensar em constituir uma vida que não fosse marcada pelo sofrimento. O presente artigo visa, a partir dos textos de Conceição Evaristo (2016) e Cidinha da Silva (2017), apresentar aspectos de uma abolição inconclusa no Brasil, principalmente no que se refere aos números de violência e opressão sofridos por sujeitos(as) negros(as). A partir da teoria sobre monstros de Cohen (2000), traçaremos um paralelo entre a senzala contemporânea, e a vida da empregada doméstica negra no Brasil, a fim de concluir que a assinatura da Lei Áurea foi uma conquista dos negros, mas que de maneira mínima os libertou.

**Palavras chaves:** monstro; opressão; branquitude; escravidão; domésticas; senzala.

**Mary in the contemporary slaves' quarters: asymmetries and monsters in Conceição Evaristo e Cidinha da Silva**

**Abstract:** 130 has marked the "end" of the slavery period in Brazil. The year 1888 will be forever in the history books and in the memory of the thousands of enslaved people. This article aims, based on the texts of Conceição Evaristo (2016) and Cidinha da Silva (2017), to present aspects of an unfinished abolition in Brazil, given the increasing numbers of violence and oppression against black subjects. Having the theory of monster from Cohen (2000), the concept of contemporary slave quarters will be presented, approaching the life of black maids in Brazil to conclude that the signing of the Aurea's Law was an achievement of the black people, but it minimally freed them.

**Key words:** monster; oppression; whiteness; slaves; maids; slave quarter.



\* **EDUARDO MOURA VELHO** é mestrando em Inglês (PPGI) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Ilustradora: Kauana Eliseu de Chaves  
Instagram profissional: @rabiscosdakau

A abolição da escravatura no Brasil, que ocorreu a pouco mais de 130 anos, foi um marco muito importante, não somente para os livros de história a virem serem publicados posteriormente, mas principalmente para as milhares de pessoas escravizadas que agora poderiam enxergar uma ponta de esperança em uma vida, até então, marcada por dor e sofrimento. Em comparação ao norte global e a Europa, o país sul-americano foi um dos últimos a ter o documento assinado, cerca de 23 anos após os Estados Unidos e 40 anos

após Reino Unido e França. Ainda assim, o evento não foi marcado por boas intenções, visto que a grande pressão por parte de outros impérios e a submissão cada vez mais questionada dos sujeitos em situação de servidão, não deixaram alternativas senão assinar a Lei Áurea em 13 de maio de 1888.

Ademais, construiu-se um imaginário de bondade em relação a Princesa Izabel, quando em verdade “o negro escravo produziu a sua libertação [...] A liberdade não foi uma concessão, mas

uma conquista. [...] não foi uma dádiva dos militares insubordinados. Estes apenas se renderam à resistência crescente e desassombada dos negros em debandada” (SILVA, 2017, p. 17). No entanto, o Brasil, ao “libertar” as pessoas escravizadas não pensou em que tipo de medidas seriam necessárias para: o retorno daqueles que desejassem voltar ao seu país de origem, realocação dos que desejassem permanecer, e subsídios que os permitissem de fato iniciar uma vida no país ainda estrangeiro. Nesse sentido, para que a libertação fosse de fato uma libertação, “[...] dependia de uma cadeia de atores brancos para resultar em benefício aos escravos negros. A ponta final da cadeia era a Justiça, composta, em geral, por homens brancos [...]” (SILVA, 2017, p. 231). Pensando nisso, a falta de suporte moral e econômico obrigou os sujeitos escravizados a permanecerem em uma espécie de servidão concedida, reivindicando, principalmente, o direito à terra<sup>1</sup>. Ao trazermos o debate para contemporaneidade, observamos que pessoas negras conquistaram alguns lugares de prestígio, políticas públicas e leis de proteção a custo de muita resistência. Porém, são nas entrelinhas de uma sociedade que se construiu com quase quatro séculos de escravidão, onde é possível perceber que tais medidas beiram a ideia de cuidados paliativos, e o imaginário da superioridade branca em detrimento da negra se perpetua.

Partindo desse pressuposto de manutenção das assimetrias de poder, esta pesquisa visa focar justamente nessas medidas negacionistas, que

---

<sup>1</sup> Tal questão pode ser lida na obra "Torto Arado" (2019), de Itamar Vieira Junior. A obra foi vencedora do prêmio Jabuti e, dentre outras coisas, retrata a história de gerações de famílias negras que doaram seu trabalho à terra que nunca puderam chamar de sua.

tiverem início durante o período da escravidão, mas que se estendem para os debates na atualidade, na qual a maioria dos corpos negros seguem as margens da sociedade opressora branca.

Para tanto, a fim de elucidar a reprodução de discursos opressivos, faremos uma aproximação entre dois textos literários, a partir de algumas teorias da branquitude, negritude e, principalmente, a noção de monstro como apresentado por Cohen (2000). O primeiro texto é uma crônica intitulada “Antologia do quatinho de empregada no Brasil”, que faz parte da obra “Sobre-Viventes” de Cidinha da Silva (2016) e que apresenta o conceito de “senzala contemporânea”, muito pertinente aos nossos propósitos de salientar a ideia de uma abolição inconclusa.

Em concomitância a tal conceito e obra, analisaremos a história de “Maria”, personagem-título do conto de Conceição Evaristo na obra “Olhos d’água” (2016), uma antologia de contos protagonizados por pessoas negras em situações cotidianas que fica no limiar de ficção e realidade, mas sempre com uma carga de melancolia e finais não-felizes. Ambas as autoras, além de utilizarem suas escritas como resistência, já que os atravessamentos de raça, gênero e classe lhes negou voz por muito tempo, também politizam as realidades dos sujeitos negros no Brasil em pleno século XXI, por meio de críticas que, no caso de Cidinha da Silva, são bem explícitas, como se observa no seguinte trecho do texto analisado: “ao hábito dos ricos e endinheirados de ter em casa trabalhadores em que possam mandar, além de humilhar e agredir” (SILVA, 2016, p. 60). É importante pontuar ainda, que o lugar da experiência dessas autoras – mulheres do interior, filhas de

gerações de serviçais do campo e domésticas, e que construíram suas trajetórias até a academia com muito esforço - não somente respaldam suas narrativas, por meio de uma escrita que pode ser lida como autobiográfica, mas também situam o leitor em relação ao espaço-tempo, já que práticas racistas são reproduzidas e naturalizadas pelos discursos da branquitude. Com isso, os personagens transitam em diferentes contextos sociais de opressão (das autoras, dos leitores, da sociedade escravocrata e moderna) e apresentam os mecanismos explícitos e/ou implícitos de opressão de classe, gênero e, principalmente, raça.

Antes de darmos início a nossa análise propriamente dita, é importante conceituar alguns termos muito úteis aos propósitos dessa pesquisa, o primeiro deles, e nossa teoria de análise principal, diz respeito à cultura dos monstros. O conceito, em seu bojo, busca apresentar uma representação de cultura fragmentada, com sujeitos constituídos por rachaduras impossíveis de se analisar a partir de uma teoria unificada. São a partir desses fragmentos, de sujeitos individualizados, que o corpo monstruoso nasce (COHEN, 2000). Para isso, o autor desenvolve sete teses de criação: 1) o corpo monstro é um corpo cultural; 2) o monstro sempre escapa; 3) o monstro é o arauto da crise de categorias; 4) o monstro mora nos portões da diferença; 5) o monstro polícia as fronteiras do possível; 6) o medo do monstro é realmente uma espécie de desejo; 7) o monstro está situado no limiar...do tornar-se. Algumas dessas teses serão mencionadas no decorrer da análise, mas todas são possíveis de aproximação com as obras.

### Sobre-viventes

Publicado em 2016, o livro *Sobre-Viventes* traz uma série de crônicas atuais a respeito da situação do negro(a) no Brasil, tanto no que diz respeito a sua representação na mídia, quanto no seu próprio estilo de vida cercado de medo, luta e submissão, mas que lhe garante a sobrevivência. A crônica "Antologia do quartinho de empregada no Brasil" apresenta reflexões sobre o dia a dia da mulher negra, especificamente a mulher negra empregada doméstica, que fica à mercê dos limites entre o público - que demorou a reconhecer o trabalho doméstico como passível de direitos, e o privado - que impõe as regras do serviço e, em sua maioria, recusa-se a oferecer uma remuneração aceitável e carga horária justa. Cidinha aponta, em pouco mais de duas páginas, as similaridades das relações assimétricas de poder entre empregada e empregador, com as escravas e o senhor dono de escravos do período da escravidão. Segundo a autora, há alguns pilares de exploração que ainda são reproduzidos, como o "hábito dos ricos endinheirados de ter em casa trabalhadores em que possam mandar, além de humilhar e agredir [...] a estratégia de remunerar mal a categoria [...] dar a trabalhadora doméstica a sensação de que o empregador faz o favor de contratá-la [...]" (SILVA, 2016, p. 60). Tudo isso vai ao encontro da reflexão de Silva (2017), ao comentar sobre os diferentes nomes da escravidão:

**Se hoje a Justiça ainda é acusada de privilegiar os brancos ricos, ontem ela servia abertamente aos interesses dos brancos proprietários de escravos. Se atualmente a polícia é suspeita de discriminar os negros, ontem ela era o capitão do mato caçando**

escravos fugitivos [...] Se hoje a mídia é vista como reprodutora da ideologia conservadora, que legitima a desigualdade social, ontem a imprensa era veículo de disseminação de teorias racistas e de ideologias de dominação. (SILVA, 2017, p. 417, grifos meus).

Acrescento a tais comparações, a mãe de leite que hoje é babá e educa mais os filhos dos brancos que os seus próprios; além da serviçal da casa-grande, que hoje é a doméstica<sup>2</sup> nos condomínios de luxo das grandes cidades e que dorme no quatinho de empregada. Nesse sentido, é interessante refletir o quanto o sujeito negro só tem sua existência reconhecida pela força de trabalho e enquanto intitulados escravos, serviçais e/ou empregadas que servem a branquitude.

Compreendemos por "branquitude" uma construção antagônica de "negritude", definida como:

[...] uma identidade dependente, que existe através da exploração da/o **“Outra/o”**, uma identidade relacional construída por brancas/os, que define a elas/es mesmas/os como racialmente diferentes das/os **“Outras/os”**. Isto é, a negritude serve como forma primária de Outridade, pela qual a branquitude é construída. **A/O “Outra/o” não é “outra/o” per se; ela/ele torna-se através de um processo de absoluta negação.** (MORRISON, 1992 *apud* KILOMBA, 2019, p. 25).

Assim como a mulher de Beauvoir torna-se, o sujeito negro, como categoria de diferenciação da branquitude, nasce e torna-se por meio da construção de uma racialização que,

até o período da escravidão, era inexistente. Esse "outro/a", apontado pelo europeu, carrega a mesma noção que o termo "monstro", ou seja, aquele que difere de uma "branconormatividade" e, conseqüentemente, se enquadra nas teses de Cohen (2000): como o corpo socialmente construído que deve ser eliminado, que sempre escapa e que está no meio de crises, categorias de segregação e zonas fronteiriças. É possível afirmar com isso, que ambos os termos nascem em um mesmo período histórico, ao passo que as identidades dos sujeitos, brancos e negros, constroem-se por meio da diferenciação branquitude (enquanto norma) e negritude<sup>3</sup> (enquanto oposta a norma).

Impostas tais limitações, a partir do momento que negros começam a ocupar lugares socialmente privilegiados, suas existências se tornam uma ameaça a hegemonia branca, que faz um esforço enorme para restringir oportunidades e negar acesso, principalmente a mulher negra. Pois, mesmo entre minorias<sup>4</sup>, a mulher negra é posicionada quase na base da pirâmide social, isso levando em conta sua cor, escolaridade, classe econômica e outros marcadores de subordinação. A esse respeito, Gonzalez (2020, p. 218) afirma que “afinal de contas, para a cabeça desse 'público', a trabalhadora negra tem que ficar no 'seu lugar': oculta, invisível, 'na cozinha'”.

<sup>3</sup> Importante pontuar que uma das estratégias de resistência da comunidade negra foi justamente ressignificar termos criados inicialmente para diferenciação e opressão (como negro e negritude), realocando-os para funcionarem como marcadores identitários de luta e afirmação de raça.

<sup>4</sup> Utilizo o termo minoria não para me referir ao número de pessoas, pois sabemos que a população negra é maioria no Brasil, mas sim para apontar o grupo construído socialmente como inferior e tratado assim pela classe compreendida como dominante.

<sup>2</sup> Checar para mais informações:

<https://www.diece.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>

Sendo esse, o local no qual a empregada doméstica<sup>5</sup> passa maior parte do seu dia, tendo inclusive seu acesso facilitado, visto que toda arquitetura urbana é pensada para delimitar os espaços que devem ou não ser ocupados por corpos construídos como dissidentes, a fim de distanciar o sujeito negro da branquitude.

Essa delimitação espacial não está muito distante dos nossos olhos, é praticamente um requisito a existência de um elevador de serviço, em oposição ao elevador social, nos condomínios. Essa medida não visa facilitar o acesso da classe trabalhadora aos apartamentos, mas distanciá-los dos moradores, pois, assim como mencionado anteriormente, a subjetividade do sujeito não importa, somente sua força de trabalho. Há uma certa conveniência nesses aparatos arquitetônicos para o empregador e, sem dúvida, o mais controverso deles é o *quartinho de empregada*, "arquitetado neste contexto representa na estrutura da casa-grande (que pode ser apartamento), a **senzala contemporânea**. O lugar-depósito de gente [...] acompanhado do respectivo banheiro" (SILVA, 2016, p. 61). Essas dependências são:

[...] reduzidas ao extremo e **escondidas dos olhos dos moradores e visitantes**, por meio de uma configuração que promove

o seu isolamento dos demais setores da habitação, este ambiente carrega uma forte carga simbólica vinculada à lógica de pensamento escravocrata do período colonial anterior e à estratificação social que marcou a construção da sociedade brasileira. (MELLO, 2012 *apud* LIMA & TOLEDO, 2018, p. 80, grifos do autor)

Voltando a atenção para o grifo do trecho acima, esse posicionamento geográfico do *quartinho* na residência, além de garantir a não visualização da doméstica, também possibilita seu fácil acesso à área de serviço, que compreende a lavanderia e, normalmente um espaço para passar roupa, além é claro, a cozinha. A empregada ainda possui um banheiro próprio para não precisar utilizar os demais ambientes da casa, evitando ainda mais sua circulação "desnecessária". Mesmo atualmente, com cada vez menos empregadas dormindo no serviço, ainda é possível perceber a presença de um quarto extra ao fundo das residências e que mantém a semiologia de um espaço construído para segregação onde "[...] pode ser colocado tudo que deve permanecer escondido para não desordenar a organização da casa, constituindo-se em verdadeiros 'espaços de despejo'" (GOLDSTEIN, 2003 *apud* LIMA & TOLEDO, 2018, p. 81), o também chamado "quarto de bagunça".

Ao refletirmos sobre esses mecanismos de cegar a presença do corpo negro dos ambientes atribuídos a classe dominante, observa-se que eles extrapolam para além da residência, abarcando outros corpos também compreendidos como monstros. A esse respeito, não é somente o sujeito negro que incomoda, mas também o corpo *queer*; o corpo em situação de rua; o corpo deficiente; o corpo pobre etc.

<sup>5</sup> Doméstica, segundo os dicionários online Dicio e Michaelis, é definida como: "Mulher que se emprega em trabalhos caseiros, empregada, **criada**" (Doméstica, 2021, grifo meu). Esse último termo é extremamente problemático, e ainda uma realidade, visto que retoma a presença de uma figura jovem na casa do empregador, e que desde cedo é "educada" para servidão, em sua maioria são filhas de mulheres escravizadas, e/ou gerações de doméstica que acompanham a mãe no trabalho e por isso são "criadas" para desempenhar respectivas funções.

Com isso em mente, a monstruosidade que é atribuída a outros corpos dissidentes, depende de como a normatividade desses é compreendida, em outras palavras, para o sujeito não deficiente, o deficiente é um monstro, ao passo que desestabiliza uma normatividade corporal. Da mesma forma que o corpo em situação de rua beira a noção de invisibilidade e inexistência ao ser privado do que o constitui como sujeito, logo, é um monstro. A partir disso, Cohen (2000) afirma que “o monstro nasce, justamente [...] nessas encruzilhadas metafóricas, como a corporificação de um certo momento cultural — de uma **época**, de um **sentimento** e de um **lugar** [...] O corpo monstruoso é pura cultura. Um **constructo** e uma **projeção**, o monstro **existe** apenas para ser lido (COHEN, 2000, p. 26, grifos do autor).

O autor parte do nascimento, para a existência, e então construção, a fim de justificar a presença do(s) monstro(s), porém, quem foram os responsáveis por esse nascimento? Segundo Nascimento (2019), antes de os negros serem trazidos a força para América para serem escravizados, não se chamavam de negros, sendo esse um termo cunhado pela branquitude, ou seja, o branco tem desenvolvido inúmeros aparatos de exclusão para monstro que ele mesmo criou. Retomando o trecho acima, o momento cultural de construção do monstro (sujeito negro) é justamente o período escravocrata, todavia, após a abolição, os negros se tornaram uma ameaça maior, visto que agora o monstro estava à solta para aniquilar quem o criou, assim como o enredo de Frankenstein. Ainda a esse respeito, Cohen (2000, p. 33) afirma que “representar uma cultura prévia como monstruosa justifica seu deslocamento ou extermínio, fazendo com que o ato

de extermínio apareça como heroico”. Isso fica claro quando retomamos o genocídio de judeus, negros e homossexuais durante a segunda guerra, onde esses corpos foram representados como monstros e executados para salvar a raça ariana e manter a hegemonia branca, e quando observamos os números que compõe o sistema prisional brasileiro, o qual possui uma das mais altas taxas de pessoas negras no cárcere.

Ainda que os corpos negros sejam uns dos mais afetados pela construção monstruosa proliferada pela branquitude, esse conceito opera de maneira bipartida, de tal maneira que para os negros, o branco é compreendido como monstro. Essa via de mão dupla produz uma resistência que leva essa classe marginalizada a buscar se inserir em espaços hegemônicos mesmo com restrições de acesso, pois a força vem da própria subordinação e, novamente, do desejo em aniquilar o monstro. Todavia, devido ao poder discursivo, político, cultural e econômico detido pelos brancos, muito do que se produz em resistência pela raça oprimida é lido como bagunça, baderna, marginalização, zona, para citar apenas alguns adjetivos. Com isso, sempre haverá uma assimetria do que diz respeito à permanência dos brancos em seus lugares de opressores e os negros em seus lugares de oprimidos.

### **Olhos d'água**

Diferentemente de Cidinha da Silva, que escreve suas crônicas partindo de uma construção discursiva crítica explícita, Conceição Evaristo traz em sua obra "Olhos d'água" (2016) a realidade dos negros no Brasil com o teor romântico que o gênero conto exige. O livro apresenta 15 contos protagonizados por personagens

negros(as) enfrentando as adversidades da monstruosidade branca. Voltaremos nossa atenção para o conto “Maria”, essa personagem-título que inicia sua história no ponto de ônibus a caminho de casa. Em meio a devaneios, ela conta sobre a alta no preço da passagem que a faz caminhar mais, e sua rotina como empregada doméstica e mãe solo. Neste dia em especial, Maria está feliz, pois está levando para casa as sobras do jantar de sua patroa, que conta com um osso de pernil e frutas. A personagem foca sua atenção tanto no melão que ganhara, se perguntando se seus filhos irão gostar já que nunca comeram, quanto em sua mão com um corte de faca à laser. Durante o trajeto, dois homens embarcam e logo são identificados como assaltantes, mas antes de anunciarem a voz de assalto, ela reconhece um deles como pai de um de seus filhos. Ele se senta por alguns instantes e pede que ela diga ao filho que ele o ama, logo em seguida os passageiros são saqueados, com exceção de Maria. Ao perceberem que a doméstica não foi vítima, os passageiros soltam xingamentos horrendos e, mesmo com uma interferência falha do motorista, Maria é espancada até a morte pelos homens que, segunda ela “estavam todos armados com facas a laser que cortam até a vida” (EVARISTO, 2016, p. 42).

Posto tal contextualização<sup>6</sup>, a análise que se segue aproxima-se das discussões já apresentadas acima. Ainda que Maria esteja na posição de empregada doméstica, ela de certa maneira conseguiu construir uma independência que a permitiu morar fora da residência dos patrões, uma realidade cada vez mais possível no

---

<sup>6</sup> Ainda que essa contextualização ajude a situar o leitor para análise, há muito mais a ser dito sobre o conto, e a leitura completa é imprescindível

Brasil e que aos poucos exclui o quarto de empregada das plantas de apartamentos. Entretanto, isso não nos mostra uma evolução no que diz respeito ao acesso à moradia, visto que:

A baixa remuneração e o alto índice de informalidade faz com que estas mulheres, quando não residam na habitação onde trabalham, frequentemente procurem ocupações irregulares como última alternativa de moradia na cidade. A segregação, portanto, é vivida dentro e fora dos ambientes domésticos em que trabalham. (BRANDÃO, 2019, p. 7)

Sendo assim, há uma intensificação em sua jornada de trabalho, posto que ao deixar o trabalho, essas mulheres precisam chegar em suas casas para preparar refeição para seus próprios filhos, auxiliar nos deveres da escola (isso se tiveram acesso à educação escolar), os preparar para cama e limpar sua própria casa. Isso tudo em um período que a permita descansar o suficiente para trabalhar no dia seguinte, levando em conta a distância entre as favelas, e os bairros de luxo. Novamente, observamos o distanciamento como um aparato social que mantém os sujeitos que são pares (negros e pobres) fora do campo de visão dos ascendidos socialmente, ou seja, é um quatinho de empregada ao ar “livre” que Kilomba (2019) comenta:

A divisão entre os lados leste e oeste é um lembrete geográfico acerca das **fronteiras** que o sujeito negro não pode transgredir, para não contaminar o território branco[...] Tal geografia evidencia uma assimetria de poder na qual a branquitude define sua própria área e a negritude é confinada a uma determinada área definida pela branquitude [...] uma **fronteira** ou membrana entre o mundo das/os

“superiores” e o mundo das/os “inferiores”, entre o “aceitável” e o “inaceitável”, entre as/os “boas/bons” e as/os “más/maus”, entre “Nós” e as/os “Outras/os”, evitando a contaminação das/os primeiras/os pelas/os segundas/os. (KILOMBA, 2019, p. 102, grifos do autor)

Retomam-se aqui as teses 4 (o monstro mora nos portões da diferença) e 5 (o monstro polícia as fronteiras do possível), visto que tanto os portões da diferença, quanto às fronteiras do possível são controlados pela branquitude monstruosa. A segregação não somente limita os espaços de convivência das classes tidas como inferiores, como também suas possibilidades de fuga. Ouso falar que não se trata exatamente de uma possibilidade de fuga, pois criou-se uma sociedade dentro das favelas e/ou comunidades, que proporciona aos moradores acesso à educação para os filhos (CMEIs e Creches), lojas, conveniências e mercados, os quais justificam a permanência no local, e intensifica o imaginário de completude, em outras palavras, se tenho tudo que preciso aqui, por que eu deveria sair?

Outro fator presente no conto, e que diz muito sobre as relações entre empregada e empregador, é o fato de que à empregada restam as sobras de comida, mas que ela aceita de bom grado, pois será o alimento de seus filhos. Pensando na figura do melão, ele é um ótimo símbolo de acesso, visto que para o trabalhador negro informal não se trata de um alimento essencial, como o arroz e feijão. Maria, por exemplo, parte da ideia de que não vale a pena gastar seu baixo salário com um luxo que é o melão, sendo que mal consegue pagar a passagem, muitas vezes não inclusa em sua remuneração mensal. A partir dessa reflexão, Silva

(2016, p. 61), em sua crônica, comenta sobre a PEC das domésticas afirmando que “[...] não impacta o que a classe patronal desembolsa para remunerá-las, mas opera mudanças simbólicas na abolição inacabada da escravidão”. É certo que o recebimento de um salário afasta o trabalho doméstico de um caráter escravista, entretanto, medidas paliativas como esta não devem ser protagonistas que roubam a cena da crescente reprodução do racismo estrutural no Brasil.

O último fator que gostaria de mencionar a respeito do conto, e que de maneira explícita nos ajuda a elucidar a construção social do monstro, está na figura do pai/assaltante. Por meio de uma visão geral do Brasil, é sabido que a maioria da população carcerária é composta por pessoas negras, especificamente homens negros. A esse respeito, fica claro que a mulher negra, por estar abaixo do homem negro na pirâmide social, tende a aceitar muito mais facilmente a subordinação da branquitude, que nesse caso não se constrói bipartidamente, pois “a empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto a internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto é ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada [...]” (GONZALEZ, 2020, p. 43)

Em contrapartida, o homem negro por não aceitar ser um “facilitador” da ascensão ainda maior do homem branco, opta por um atalho social que, por um lado garante um acesso mais “fácil” ao capital econômico, mas por outro lado o marginaliza, colocando-o em uma situação de extremo risco, medo e constante fuga. Sendo assim, ele é pego na sua própria classificação, ao

não aceitar a monstruosidade que lhe foi imposta, ele se torna o monstro que esperam dele, atacando inclusive seus pares de classe social no ônibus.

O mesmo ocorre com Maria, uma vez que, ao estar em um transporte público divide espaço com seus pares de mesma, se não parecida classe social. Sendo assim, quando descobrem que ela estava conversando com o assaltante e foi poupada do assalto, buscam-se aspectos que a coloquem na posição de monstro a ser eliminada, nesse caso há duas, a posição de mulher, visto que os passageiros são homens, e a posição de negra, posto que há somente um negro além dela no veículo, e são a partir dessas características identitárias que Maria é atacada verbalmente "aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões" (EVARISTO, 2016, p. 42) e fisicamente "Lincha! Lincha! Lincha! Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos." (*Ibidem*)

A partir da justificativa para o linchamento de Maria, que se dá por meio dos marcadores de gênero e raça, a narradora retoma o uso da faca que cortou sua mão na casa-grande e agora tirava sua vida no ônibus. Portanto, a esse respeito, independente da classe social, a branquitude busca maneiras de eliminar o monstro criado há séculos, mesmo que isso signifique privar as crianças de provarem pela primeira vez o melão, já que sua mãe nunca chegou em casa.

### **Considerações finais**

À medida que ambas as leituras se inter cruzam, é possível observar o quanto a abordagem das autoras se difere, especialmente no que diz respeito ao sistema reprodutivo de segregação racial. Enquanto Cidinha da Silva é mais crítica e menos otimista com a situação da mulher negra,

afirmando que a diferença no estilo de vida da empregada doméstica está no radinho de pilha que agora é um smartphone pelo qual ela ouve músicas românticas e utópicas a sua realidade, mas continua tendo tratamento inferior ao cachorro da patroa; Conceição Evaristo é uma chama de esperança, pois pontua que na labuta diária, a mulher pode pensar em uma independência fora casa-grande, mesmo que ilusória. Ainda assim, a crítica que encerra ambos os textos é muito clara: a branquitude hegemônica sempre vence, ou por garantir o *status* de servidão na falta de oportunidades melhores de emprego, ou por continuar disseminando a imagem do monstro negro de maneira a quase naturalizá-lo.

A guisa de encerramento, é importante pontuar que uma sociedade que se construiu com quase quatro séculos de escravidão não vai mudar seus hábitos tão cedo. Obviamente que tivemos avanços importantes e o sujeito negro se faz cada vez mais presente em posições sociais que lhes permitem pensar em mudanças e soluções ainda maiores para toda população negra. Entretanto, essa conquista de espaço não veio fácil, utilizando a analogia de Cohen (2000, p. 39) “[...] como uma Hidra, faz crescer duas cabeças onde antes existia apenas uma, agora cortada, as possibilidades de fuga, de resistência e de perturbação levantam-se com mais força”. Nesse sentido, a reivindicação vem da própria opressão, sendo esse um movimento que assusta a classe dominante pela força com que esses corpos oprimidos se levantam para lutar. É preciso proporcionar a comunidade negra oportunidades de inserção ainda maior em ambientes socialmente privilegiados, como também desconstruir a ideologia monstruosa do corpo negro propagada pela branquitude e o mito da democracia racial, como

bem apresentando por Gonzalez (2020). A abolição, para deixar de ser inconclusa, necessita de um novo programa político protagonizado pelas mais diferentes raças que compõem a sociedade contemporânea e, sem dúvida, menos motoristas omissos.

#### Referências

BRANDÃO, Luísa Sopas Rocha. As trabalhadoras domésticas no processo de urbanização: O Quarto de empregadas como expressão das idiossincrasias das cidades brasileiras. **PIXO**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 9, p. 104-123, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/17458/10632>. Acesso em: 12.05.2021.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Pedagogia dos monstros: Os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 23-60.

DOMÉSTICA. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/domestica-2/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

DOMÉSTICA. In: **Michaelis**. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

EVARISTO, Conceição. Maria. In: **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016, p. 39-42.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da

exploração da mulher. In: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. FLAVIA, Rios; MÁRCIA, Lima (Org.). 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. pp. 25-44.

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica? In: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. FLAVIA, Rios; MÁRCIA, Lima (Org.). 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. pp. 217-219.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

LIMA, J. C. R.; TOLEDO, A. M. A permanência do dormitório da empregada nos apartamentos: estudo comparativo nas décadas de 1960 a 1990 em Maceió/AL. In: **Gestão e Tecnologia de Projetos**, São Carlos, v.13, n.3, p.79-96, dez. 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/gtp.v13i3.145099ARTIGO79-96>. Acesso em: 02.05. 2021.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SILVA, Cidinha da. Antologia do quartinho de empregada no Brasil. In: **Sobre-viventes**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016. p. 59-63.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Recebido em 2021-05-30

Publicado em 2022-04-01